Estudo teórico sobre o uso conceito de paisagem em pesquisas arqueológicas	Titulo
Fagundes, Marcelo - Autor/a; Piuzana, Danielle - Autor/a;	Autor(es)
Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud (Vol. 8 no. 1 ene-jun 2010)	En:
Manizales	Lugar
Centro de Estudios Avanzados en Niñez y Juventud alianza de la Universidad de Manizales y el CINDE	Editorial/Editor
2010	Fecha
	Colección
Paisaje; Desarrollo cognitivo; Análisis arqueológico; Percepción; América Latina;	Temas
Artículo	Tipo de documento
"http://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/alianza-cinde-umz/20131212010706/art.MarceloFagundes.pdf"	URL
Reconocimiento-No Comercial-Sin Derivadas CC BY-NC-ND http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.0/deed.es	Licencia

Segui buscando en la Red de Bibliotecas Virtuales de CLACSO

http://biblioteca.clacso.edu.ar

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO)

Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO)

Latin American Council of Social Sciences (CLACSO)

www.clacso.edu.ar

CLACSO

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
Conselho Latino-americano de Ciências Sociais
Latin American Council of Social Sciences

Rev.latinoam.cienc.soc.niñez juv 8(1): 205-220, 2010
http://www.umanizales.edu.co/revistacinde/index.html

Estudo teórico sobre o uso conceito de paisagem em pesquisas arqueológicas*

Marcelo Fagundes**
Professor Adjunto e Vice Diretor do Instituto de Humanidades da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Coordenador do Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem do IH/UFVJM.
Danielle Piuzana**
Professora Adjunta e Diretora do Instituto de Humanidades da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

• ***Resumo:*** *O estudo da paisagem em Arqueologia presume o uso de diferenciadas categorias em diferentes áreas do conhecimento, tendo como foco a compreensão das relações existentes entre humanos e seus ambientes. Esse artigo teve como preocupação apresentar os diferentes paradigmas em que o uso do conceito de paisagem tem sido utilizado em Arqueologia, inclusive como meio de ampliação da noção de sítio arqueológico. É sabido que os humanos percorrem o ambiente em que vivem, nos quais percepções e conceitos são estabelecidos por meio dos processos cognitivos e, consequentemente, culturais. Assim, a paisagem passa a ser compreendida como uma construção social, tendo como base teórica para tal entendimento os conceitos de: Estabelecimento de Mauss; Lugar de Binford; e Lugares Persistentes de Schlanger.*

Palavras-chave: Paisagem, estabelecimento, lugar, lugares persistentes.

Estudio teórico sobre el uso del concepto de paisaje en las investigaciones arqueológicas

• ***Resumen:*** *El estudio del paisaje en Arqueología supone la utilización de categorías diferenciadas en pertenecientes a áreas diferentes del conocimiento, que tienen como objetivo la comprensión de las relaciones existentes entre los seres humanos y sus ambientes. Este artículo tiene como objetivo presentar los diferentes paradigmas en que ha sido utilizado el concepto de paisaje, inclusive como medio de ampliación de la noción de*

* Esse artigo diz respeito ao conceito teórico que tem sido desenvolvido pelos autores no Projeto Arqueológico Alto Jequitinhonha (PAAJ) vinculado ao Laboratório de Arqueologia e Estudo a Paisagem da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais, Brasil. O projeto encontra-se em fase de pesquisas de campo (2010-2011) com objetivo de levantamento e diagnóstico de sítios arqueológicos nos diferentes compartimentos geoambientais da área em estudo.

** Arqueólogo. Correo electrónico: marcelo.fagundes@ufvjm.edu.br
*** Geóloga. Correo electrónico: dpiuzana@yahoo.com.br

sitio arqueológico. Se sabe que los seres humanos recorren el ambiente en donde viven, en donde se establecen las percepciones y conceptos por medio de los procesos cognitivos y culturales. Igualmente, se comprende el paisaje como una construcción social, que tiene como base teórica la comprensión de los conceptos de: Establecimiento de Mauss, Lugar de Binford e Lugares Persistentes de Schlanger.

Palabras clave: Paisaje, Establecimiento, Lugar, Lugares Persistentes.

Theoretical study on the use of the landscape concept in archaeological research

• ***Abstract:*** *The landscape study in archaeology presumes the use of differentiated categories in different knowledge areas, having as focus the comprehension of the existing relations between humans and yours environments. This paper has as preoccupation presents the different paradigms in which the landscape concept has been used in archaeology, of the same way it has been enabling the enlargement of archaeological site notion. It is known that humans walking through the environments in which they live, in which perceptions and concepts are established by means of the cognitive processes and, consequently, cultural processes. In this case the landscape is comprehended as a social construction, having like theoretical base the concepts of établissement (settlement) by Mauss; Place by Binford and Persistent Places by Schlanger.*

Key words: Landscape, Settlement, Place, Persistent Places.

-1. Introdução. –2. Os diferentes paradigmas do uso da paisagem em arqueología. -3. O uso do conceito de lugar. –4. Considerações finais. –Lista de referências.

Primera versión recibida octubre 14 de 2009; versión final aceptada febrero 15 de 2010 (Eds.)

1. Introdução

O estudo da paisagem em Arqueologia envolve questões complexas sobre as maneiras com que grupos pré-históricos moldaram seus espaços[1], situações que abarcam uma variedade de processos tanto relacionados à organização desse espaço, quanto a sua modificação em função de uma diversidade de propósitos que incluem: subsistência, questões de ordem econômica, social,

[1] Hodder (1987), em um trabalho comparativo entre Geografia e Arqueologia, apresenta a visão de que a primeira é uma ciência espacial, enquanto a outra tem no espaço um dos seus focos de estudo e que, durante muito tempo, dedicou-se a outras áreas (rituais, estilo/ função, arte, etc.). Atualmente, inclusive dentro das diversas recomendações de preservação patrimonial e do avanço da Arqueologia Pública, o espaço assume a posição de uma categoria analítica privilegiada.

política, cognitiva, ideológica, de poder, simbólica ou religiosa (Hodder, 1986).

Assim, a paisagem (arqueológica) assume o caráter de fenômeno social dentro de contextos históricos específicos e, como tal, transmite símbolos interpretáveis em meio à teia de significados em que está envolvida (Geertz, 2001[2]).

Sob esse viés, o que denominamos *espaço moldado* nada mais é do que a *paisagem enquanto construção social*, que amplia sensivelmente a noção de sítio arqueológico e, nesse processo, pode ser compreendida como um dos focos de análise da Arqueologia, pois traz consigo as marcas das diferentes ocupações em longa duração e, dessa forma, a possibilidade de *leitura* de conceitos caros à Arqueologia: continuidade e mudança, simbolismo, organização tecnológica, mobilidade, obtenção de recursos, sistema de assentamento e suas interconexões. Portanto, a intenção é explorar as *relações dialéticas* existentes entre as diferentes *facetas* que envolvem a Arqueologia enquanto disciplina: técnicas, métodos e processos epistemológico-conceituais.

Devemos nos lembrar de que o registro arqueológico encontra-se disposto no meio natural sendo influenciado por ações que regem esse meio: erosões, sedimentações, bioperturbações, uso e ocupação do solo, etc. (Schiffer, 1972). Todavia, o artefato deve ser compreendido além das características naturais, enquanto resultado das ações *sociais* de um grupo – o que nos remete à **noção de intencionalidade** (Johnsen & Olsen, 1992). Assim, como unificar[3] o 'natural' ao 'humano-natural' e a 'natureza humana', e como se dissociam da natureza-em-si-mesma, sem significado social?

Os estudos da paisagem em Arqueologia assumem, portanto, uma *postura multidisciplinar,* em que diferentes métodos e conceitos são envolvidos para a observação, apreensão e explanação de um fenômeno, ou seja, na ordenação e formulação dos fenômenos de modo que sejam suscetíveis à explicação (Dunnel, 2007).

Ademais, não podemos nos esquecer de que o objeto de estudo da

---

[2] Geertz usa a Hermenêutica como base epistemológica para a interpretação da realidade cultural (como um texto literário ou uma obra de arte), de modo que seja possível a compreensão dos significados expressos pelo homem em sua realidade vivenciada. Sob esse viés, a cultura pode ser compreendida como um sistema público de símbolos, significados, textos e práticas e, dessa forma, **interpretável**, já que a mesma representa um mundo vivido pelos sujeitos, assim como a forma que se estabelecem nesse mundo. Portanto, a cultura representa os sujeitos em suas práticas sociais, uma vez que a compreensão da Antropologia Interpretativa foca o significado que instituições, ações, imagens, eventos, costumes, etc., têm para com esses sujeitos, sob a ótica de que a organização da vida social acontece através desses símbolos, como representações, e que seu sentido deve ser captado se intentarmos entendê-la e formular princípios sobre seu respeito. Na letra de Geertz (1989, p.66): "Denota [a cultura] um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas por meio dos quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atitudes em relação à vida".

[3] Latour (1994) nos chama a atenção para a insustentabilidade da idéia de natureza como par oposto à cultura, devendo ser ambos concebidos como parte de um mesmo sistema de relações, em outras palavras, a divisão clássica da Antropologia em sistemas operativos e cognitivos (Nós e os Outros), ficaria muito pequena, sendo que ambos devem ser tratados simetricamente. Respondendo sensivelmente a nossas indagações – não há o que unificar no que é indivisível.

Arqueologia é o **registro arqueológico** em sua *totalidade contextual*, de modo que seja possível essa explanação com vistas à compreensão do comportamento humano em escala diacrônica e espacial[4], via associações e inter-relações entre remanescentes culturais, a matriz arqueológica em que estão envolvidos e o entorno direito, portanto, a paisagem em seus elementos físico-bióticos.

Nos últimos anos várias disciplinas têm feito uso do conceito de paisagem, estruturando seus argumentos, sobretudo, advindos da Antropologia, Filosofia e Teoria Social. Entretanto, é sabido que posturas analíticas e compreensões diferenciadas foram assumidas pelas diferentes Ciências para se discutir o espaço/ paisagem. Por exemplo, em uma comparação entre a Geografia Cultural e a Arqueologia, a primeira tem se sustentado conceitualmente na Fenomenologia e na Hermenêutica, enquanto a outra se baseou, inicialmente, nos princípios Estruturalistas (Hodder, 1987).

Logo, o objetivo desse artigo é apresentar os diferentes modos de se pensar a paisagem em Arqueologia, assim como ressaltar a necessidade do *planejamento de estratégias* para pesquisas que tenham como foco a paisagem, de modo que privilegiem a garantia de um *elo* entre concepções e idéias multidisciplinares e os procedimentos de campo, princípios técnicos, teórico-metodológicos próprios da natureza epistemológica da Arqueologia enquanto Ciência, norteando o estudo do registro arqueológico (categorias, variáveis ambientais, processos formativos, etc.).

Assim, com base nesse elo, poderíamos sistematizar a problemática de uma dada pesquisa, de modo que haja a validação do que acreditamos ser uma preocupação central para a investigação em Arqueologia: compreender as relações entre humanos em seus ambientes em uma escala diacrônica, sob uma perspectiva holística e sistêmica, isto é, a observação e explanação dos fenômenos ou eventos de um todo coordenados entre si, de modo que funcionem como uma estrutura organizada.

Essa perspectiva vai além dos conceitos de territorialidade, troca de informações, estilo/ função da cultura material, acesso aos recursos naturais, etc., sem desmerecê-los; amplia a discussão do que representa a paisagem na organização social de um grupo e como registro arqueológico, inserido nessa matriz e coopera para a compreensão mais assertiva do que inferida do contexto sistêmico. É válido destacar que sob esse viés a paisagem é compreendida como uma *construção social*.

De qualquer forma, para se alcançar a compreensão efetiva que como se deu a relação dos humanos em seus ambientes, é necessária a ampliação de nossas investigações dentro de variáveis fundamentais para a Arqueologia, a saber:

- Compreender as características físico-bióticas dos locais de estudo

[4] Segundo Dunnel (2007, p. 20), a maior virtude da Arqueologia enquanto ciência é a habilidade de lidar com o tempo e com a mudança.

(geologia, geomorfologia, aspectos climáticos, recursos hídricos, cobertura vegetal, fauna, etc.;

- Compreender os *loci* de ocupação continuada (Silva-Mendes, 2007), com base na hipótese de que o manejo da paisagem extrapole questões adaptativas e de subsistência, mas relacionado aos aspectos de ordem cognitiva, ao apego sentimental, às escolhas/ estratégias políticas, ideológicas ou ritualísticas, dentro de uma *rede de significação*;
- Compreender a paisagem como incorporada ao Fato Social Total, com base no conceito de estabelecimento de Marcel Mauss (1974a);
- Inferir como estão distribuídas as estruturas arqueológicas regionais, conforme as feições da paisagem, ou melhor, por meio do exame do registro arqueológico, inferir sobre as interações entre grupos humanos e os paleoambientes acerca da distribuição de recursos e exploração, padrão de mobilidade, escolhas relacionadas ao estabelecimento de sítios diversificados (residencial; de observação; de obtenção de matéria-prima; de pesca, caça e coleta; ritualísticos; etc.), lugares de uso contínuo, etc.;
- Buscar a interação diacrônica e holística entre sítios, não-sítios e diferentes espaços topográficos para a compreensão da paisagem (ou seja, em seus aspectos bióticos, abióticos e arqueológicos), enquanto definidora da área de atuação de um dado grupo pré-histórico e, portanto, sendo admitido um *status* de artefato para mesma.

Nesse caso, abordagens *naturais* se fundem às *culturais*, uma vez que são nas variantes ambientais que se obtêm as *pistas* da organização social do grupo (ou grupos), ou seja, análises focando questões: paleoambientais (clima, geologia, geomorfologia, cobertura vegetal, processos de sedimentação/ erosão); uso e ocupação do solo em escala diacrônica; estratificação de sítios; datações radiocarbônicas, etc.

Além do mais, a tarefa do arqueólogo é aliar/ interagir os dados empíricos (campo e laboratório), dentro de variáveis ambientais e culturais, com o arcabouço teórico construído em meio às diferentes posições e paradigmas disponíveis no pensamento arqueológico *passado e atual* que garantam a unidade entre essas concepções e a pesquisa empírica de campo, de forma a corresponder a um contexto sistêmico mais assertivo do que inferido.

Isto é, a partir do momento em que concebemos a teoria como alicerce que garante a legitimidade da pesquisa, partindo da premissa de que a utilização de procedimentos conceituais permite a reflexão e posterior explanação dos fenômenos observados, devemos ter consciência explícita de que a construção desse arcabouço deve estar coligindo diretamente com os paradigmas técnico-metodológicos, no que concebemos como uma visão sistêmica, diacrônica e holística da produção do conhecimento em Arqueologia (Hegmon, 2003).

Faz-se imprescindível o uso de diferentes técnicas, métodos e postulado teórico que, interligados, permitem a compreensão de *como as coisas vieram a ser com são,* na busca pela observação sistêmica dos fenômenos

para a reconstrução da dinâmica interna de uma dada sociedade via registro arqueológico, sobretudo por meio de dados coligidos à inferência sobre o contexto sistêmico em pré-história, justificando, portanto, a importância assumida pela Arqueologia da Paisagem para os estudos contemporâneos, nos quais artefatos ou sítios isolados não são capazes de elucidar com coerência esses *fins*.

2. Os diferentes paradigmas do uso da paisagem em arqueologia

Existem diferentes paradigmas sobre o uso do conceito 'paisagem' e, portanto, não há um consenso em Arqueologia, podendo ser pensado sob um viés mais ecossistêmico, ecológico-evolutivo, adaptativo, funcionalista ou culturalista, ou mesmo sob uma abordagem *hempeliana* como pressupõe o método hipotético-dedutivo utilizado por Lewis Binford em suas análises etnoarqueológicas, como meio de ser obter uma *teoria de médio alcance* (Binford, 2001).

Segundo Morais (2000, 2006), a Arqueologia da Paisagem (européia) tem como foco o *levantamento sistemático dos sítios arqueológicos* que privilegia uma ação não destrutiva representada por esses 'levantamentos de área'. Logo, são realizadas intensivas pesquisas de identificação da distribuição de sítios em uma região, sobretudo com aporte das geotecnologias. Conseqüentemente, imprescindível à pesquisa arqueológica é a compreensão do *entorno dos sítios*, isto quer dizer, da paisagem onde se inserem os assentamentos pré-históricos, vista tanto em uma perspectiva natural, isto é, na sua materialidade, quanto em sua condição simbólica, grosso modo, como é pensada, interpretada e simbolizada pelos grupos que a ocuparam, fazendo parte de sua organização social como um todo[5].

Assim sendo, há uma preocupação inerente entre os pesquisadores (mesmo de diferentes vertentes) com a utilização desses métodos e técnicas a fim de que se identifiquem os sítios arqueológicos (e lugares, geoindicadores ou marcos paisagísticos) dispostos na paisagem e interligados a ela, ou seja, o desenvolvimento de estudos sistemáticos e integrais do registro arqueológico e da paisagem, de forma que permita a compreensão da distribuição espacial (e relacional) dos assentamentos, ocorrências, locais de interesse arqueológico e, portanto, os possíveis usos do espaço por populações pregressas, no que Criado Boado (1991) definiu como uma estratégia de investigação, identificação e compreensão do registro arqueológico com vistas à reconstrução de paisagens arqueológicas, bem como os processos de continuidade e mudança que

[5] Segundo Silva-Méndes (2007, p. 142): "(...) [Dessa] relação entre Homem e Ambiente, apropriações simbólicas do espaço são compreendidas dentro de um delimitador territorial que forma uma paisagem cultural, representada, no registro etnográfico, pelos mitos associados aos grupos humanos que mantêm uma relação duradoura com o local em que vivem. Essas relações revestem-se dos elementos que o Ambiente disponibiliza como representam os mitos indígenas que reproduzem seus cenários de origem mesmo em ambientes distintos dos quais foram geridos e estabelecidos como tradição".

constituíram a paisagem atual.

A Arqueologia da Paisagem envolve o uso de ferramentas multidisciplinares, sobretudo fornecidas pela Geografia, Geociências e Ecologia[6] a fim de compreender as maneiras pelas quais os grupos pré-históricos ocuparam e modificaram a paisagem em função de suas práticas econômico-produtivas, sociais e culturais, da mesma forma entendendo como as pessoas foram influenciadas, motivadas e restringidas por ela, em um processo de compreensão das diferentes sociedades humanas em seus ambientes, que ultrapassam o *possibilismo* ou o *determinismo* ambiental, apresentando uma visão de estudos que associem natureza e cultura em suas totalidades.

Além disso, partimos da premissa de que o manejo da paisagem abrange questões que extrapolam as condições adaptativas e de subsistência. Dessa forma, esse manejo estaria relacionado aos aspectos de ordem cognitiva, ao apego sentimental ao lugar, às escolhas/ estratégias, políticas, ideológicas ou ritualísticas, enfim faz parte de uma rede de significação.

Acreditamos que a interpretação da paisagem sob o ponto de vista *exclusivamente* ecológico, que a compreende como o meio que garante a subsistência de grupos pré-históricos que encontravam em seus recursos energia necessária para sua manutenção 'físico-biológica', não é uma visão de toda equivocada, uma vez que é por meio da captação desses recursos obteníveis no meio que qualquer grupo humano sobrevive e, certamente, ocupam posição de destaque nas estruturas do grupo. O que é discutível é a passividade desses grupos em relação ao meio.

Logo, essa visão ecológica pode ser considerada a *compreensão objetiva da paisagem*, pela qual se explica parte das relações homem *versus* meio. Contudo, se esquece (ou faz 'nanica') das particularidades do processo histórico, das escolhas que são de ordem puramente cultural, das graduações do fato**,** a consciência inerente à condição humana que permite a ordenação, classificação, os modos de pensar e de agir, o relativismo e as próprias escolhas.

Se o ser humano é capaz de pensar e repensar o meio que vive, por que se manteria passivo às condições impostas pelo ambiente? Indo mais além, a cultura é o que permite a organização social por meio dos sistemas de significação criados, recriados e transmitidos por um grupo e que, de certa forma, dá sentido à vida em sociedade. Ou seja, o mundo em sua materialidade é pensado e compreendido pelas sociedades *ditas* primitivas, diferente da lógica tecnicista do mundo ocidental, mas não menos objetiva (Lévi-Strauss, 2008).

Dessa forma, sendo a cultura um sistema de significação, o meio físico onde o homem se instala faz parte desse sistema e, portanto, acreditamos que,

[6] Além das Ciências Exatas, da Informação e Engenharia.

como outras estruturas, também ele faz parte do **fato social total** (Mauss, 1974b)**.**

Como já afirmamos, somos adeptos à visão que compreende a paisagem enquanto uma construção social (ou elemento cultural), perpassando uma entidade física e assumindo um caráter duplo: o primeiro, enquanto sua inerente materialidade e o segundo, enquanto constituída por aspectos cognitivos e comportamentais, pois pode ser concebida como um sistema de signos e símbolos apropriados e transmitidos por sociedades humanas.

Portanto, a *paisagem* em que se inserem os assentamentos arqueológicos é vista aqui como um ambiente que ultrapassa os preceitos de uma entidade física intacta, mas que há uma relação intrínseca com a dinâmica cultural, compreendida como uma construção social, fundamentada pelos processos que atuam em uma sociedade.

Nessa ótica, as investigações arqueológicas devem transcender os espaços demarcados como assentamentos, para atender aos *espaços territoriais amplos*, ou seja, a paisagem arqueológica, percebida e compreendida pela sociedade que a ocupou cujas características são o resultado de fatores naturais e/ou humanos e suas inter-relações, no que Felipe Criado Boado caracterizou como conceito culturalista de paisagem (Criado Boado, 1991, p. 06).

Do mesmo modo, a compreensão dessas inter-relações entre sociedade *versus* paisagem é um vetor central para elegermos nosso corpo de indagações acerca das possibilidades e restrições de como grupos humanos (com diferentes estratégias/escolhas de sobrevivência e subsistência, adaptabilidade e universo simbólico-cultural), estavam se movendo, apropriando-se e definindo seu espaço.

Em suma, o enfoque exclusivamente ecológico em relação à paisagem não abarca toda a complexidade do modo de vida e cultura no passado, devendo ser interpretado, neste caso, "(...) como um símbolo das relações sociais entre indivíduos, famílias, bandos e grupo de bandos..." (Hitchcock & Bartram, 1998), somado a sua dimensão ecológica e estratégica para captação de recursos intrínseca ao sistema produtivo e econômico de um dado grupo. A paisagem além da dimensão material que ocupa dentro do modo de vida de dados grupos humanos, também sustém um espaço simbólico vinculado ao apego sentimental (local dos ancestrais), aspectos cognitivos, que consideram um comportamento altamente específico, social e culturalmente determinado.

Nessa tentativa de garantir a *interface* entre diferentes paradigmas sob um olhar multidisciplinar, optamos em pensar a paisagem 'arqueológica' a partir da definição de **lugar**, para compreensão dessas inter-relações entre sociedade *versus* paisagem, na intenção de eleger um número significativo de hipóteses acerca do uso social dos espaços, função de sítio, mobilidade e sistema regional de assentamento (Binford, 1982, 1992; Schlanger, 1992). Além disso, após um processo reflexivo desse cruzamento de dados, métodos e paradigmas, acreditamos que a definição de '**estabelecimento**' (Mauss,

1974a) fornece-nos subsídios importantes para realmente acreditar na seguinte perspectiva, aparentemente linear, mas extremamente complexa, a saber: artefatos – concentrações/ associações e estruturas, fatores relacionais – sítios arqueológicos – estabelecimentos – lugares persistentes – sistema de assentamento – paisagem (quadro 01).

3. O uso do conceito de lugar

O uso da definição *lugar* tem assumido grande relevância nas pesquisas arqueológicas da atualidade, sobretudo a partir da premissa estabelecida por Lewis R. Binford em *Archaeology of Places* (1982), pela qual o arqueólogo deve *expandir suas análises para além do sítio arqueológico*, compreendendo as características dos espaços topográficos em que diferentes tipos de sítios (e não-sítios[7]), componentes de um sistema regional de assentamento, estão distribuídos[8].

Sob esse olhar, Binford (1982) indica a necessidade de inferir como estão distribuídas as estruturas arqueológicas em termos regionais, conforme as feições da paisagem, ou melhor, por meio do exame do registro arqueológico, inferir sobre as interações entre grupos humanos e os paleoambientes acerca da distribuição de recursos e exploração; padrão de mobilidade, escolhas relacionadas ao estabelecimento de sítios arqueológicos diversificados (residencial; de observação; de obtenção de matéria-prima; de pesca, caça e coleta; ritualístico, etc.).

Segundo Binford, os sítios distribuídos no espaço geram o que ele chama de assentamentos, resultados de diferentes ocupações. Para compreendermos esses padrões devemos levar em conta: (01) a freqüência com que ocupações ocorreram em diferentes lugares e (02) os processos que geraram associações entre o material arqueológico nos sítios. Para tanto, devemos compreender os processos que operaram no passado, o que o autor denomina como a habilidade do pesquisador em inferir corretamente as causas dos efeitos observados, ou seja, da *formação do registro arqueológico*.

Além disso, o modo pelo qual um grupo usa o *hábitat* está diretamente condicionado pelo padrão de mobilidade e o retorno para o sítio habitação/ base, tal condição vinculada às características biogeográficas do território

---

7 Acreditamos que a ausência de evidência empírica de ocupações humanas, em certos espaços de uma área arqueologicamente definida, é um dado de suma importância que deve ser cautelosamente analisado. Ou seja, a ausência é uma evidência.

8 A diferença entre o conceito de estabelecimento de Mauss e o conceito de lugar de Binford ocorre na concepção desse último sobre cultura e sua percepção mais funcional e adaptativa; além disso, a base *mauassiana* é a percepção das relações sociais de sociedades viventes, enquanto para Binford o foco seria a compreensão dos processos organizacionais do grupo etnográfico com vistas à compreensão dos processos formativos. Acreditamos que, apesar da aparente dicotomia entre os dois pensamentos, ambos ampliam a noção do sítio arqueológico (ou aldeia/ acampamento) em direção à compreensão dos *loci* de ocupação. Binford, sob uma pretensão arqueológica, e Mauss sob uma ótica etnológica, por assim dizer. Assim, a concepção de Binford acaba por ser apropriada uma vez que está pensando as estruturas conceituais para a Arqueologia, com vistas à compreensão do complexo situacional de sítios e, conseqüente, sistemas de assentamento.

e, portanto, sempre existindo uma *geografia cultural* na área de atuação dos grupos pré-históricos. Por padrão de mobilidade, o autor entende a maneira pela qual a paisagem ao redor do sítio base é diferentemente ajustada em relação à distribuição de recursos, uma vez que "é por meio da mobilidade que um dado local pode ser modificado em função do sistema humano" (Binford, 1982, p.08).

E, finalmente, Binford nos alerta do perigo em considerarmos as relações entre *episódios deposicionais* e *episódios ocupacionais*.

Segundo ele, os índices e magnitudes da estratificação dos remanescentes arqueológicos são geralmente conseqüências de processos operando independentemente (ou quase) dos episódios ocupacionais, visto que os processos de deposição são relativos aos índices da dinâmica geológica da área. Nesse caso, várias ocupações, dependendo dessa dinâmica, podem ser estratificadas juntas, de modo que, quando evidenciadas, representem uma única ocupação.

Para Binford (1992), a garantia de uma compreensão efetiva do passado está relacionada ao entendimento das *dinâmicas que envolvem a formação do registro arqueológico*, sobretudo, de que forma se manifestam. Para tanto se faz necessário: (01) Estudo sobre o processo de formação do registro arqueológico e como este reflete o papel e seus desempenhos na organização do passado, ou seja, compreensão dos níveis de sedimentação e erosão, geomorfologia, processos pós-deposicionais e (02) Por meio desse exame, inferir sobre a variabilidade em dimensões sincrônicas e diacrônicas.

Os sítios contemporâneos componentes de um sistema de assentamento, portanto, *não são similares dentro dos contextos organizacionais em que fazem parte*, muitas vezes contendo inventários tecnológicos distintos, ou seja, apresentando conjuntos artefatuais e distribuições, estruturas e dimensões diferenciadas; contudo sendo considerados *complementares*.

Os artefatos de curadoria, por exemplo, podem estar mais bem representados em um sítio, enquanto em outros são mais comuns os expeditos; estruturas de combustão podem ocorrer com mais freqüência e em desiguais organizações; diferentes tipos e distribuição de restos faunísticos são esperados no sítio base e na estação de caça, assim por diante.

Conseqüentemente, muitos pontos importantes são indicados em seu texto (Binford, 1982), entre os quais:

- Que para entender o passado é inerente à compreensão dos lugares, ou seja, da paisagem;
- Que se devem compreender os processos deposicionais de uma área e, antes de tudo, que não existe relação entre os episódios deposicionais e o sistema cultural;
- Que há diferenças entre o sítio base e locação de atividades específicas de ordem organizacional, passíveis de reconhecimento via registro arqueológico;
- Que as características biogeográficas influenciam o uso/ padrão do

sítio base;
- Que diferentes sítios, inclusive com inventário tecnológico diversificado, podem ocorrer em uma mesma área;
- Que a mobilidade confere diferentes usos na paisagem (geografia cultural).

Ampliando esse conceito, podemos considerar que os lugares, entendidos como subconjuntos da paisagem, fazem parte da rede de significação cultural e, por isso, as repetições do uso destes permitem a enumeração de **recorrências** e **variabilidade** (continuidade e mudança).

Cada sociedade, por meio desse pensamento, teria "padrões culturais" próprios de percepção e uso da paisagem, de ordem moral, econômica, política, religiosa, etc. Assim, ao utilizarmos o conceito de lugar, priorizamos a "união" entre sítios, não-sítios e espaços topográficos para compreensão da paisagem (ou seja, em seus aspectos bióticos, abióticos e 'arqueológicos'), enquanto *definidora* da área de atuação de um dado grupo pré-histórico.

Por conseguinte, as análises dos então chamados *lugares* partiriam de estudos sobre geologia, geomorfologia, do microclima, dos processos e índices de erosão e deposição, e distribuição de recursos, ou seja, inicialmente em uma dimensão geoecológica ou biogeográfica.

Um segundo momento é marcado pelo estudo da estratificação (ou paleoníveis no solo) dos sítios escavados, ou seja, do processo de formação dos depósitos culturais de modo que indicassem hipóteses sobre períodos de ocupação, abandono e re-ocupação.

E, finalmente, por meio dos dados obtidos, analisar, interpretar e inferir a dimensão sócio-cultural da paisagem em termos de perceptos e conceitos, memória sócio-histórica, apego sentimental, cognição, universos político, religioso, simbólico, etc.

Mas qual seria a base empírica dessa última análise? Qual o método de análise dos objetos supracitados?

Ao nosso olhar, por meio do exame da organização social, da tecnologia, da variabilidade intra e inter sítios, da mobilidade e uso espacial (sincrônico e diacrônico), tendo como aportes a distribuição espacial dos sítios (e relacional), análise das áreas de atividade, das estruturas (concentração cerâmica, combustão, bolsões de lascamento, restos faunísticos, etc.), possíveis rotas de mobilidade, distribuição de sítios de registros gráficos, etc.

As análises e posteriores dados geográficos, biológicos e culturais constituiriam recursos capazes de elucidar as relações homem *versus* meio, dentro de uma concepção holística e sistêmica, compreendendo, assim, a paisagem em sua totalidade. Além disso, compreender os lugares significa ampliar nossas análises de forma a inferirmos sobre os meios pelos quais os grupos pré-históricos estruturavam suas estratégias de mobilidade, utilizavam diferentes espaços para a realização das tarefas cotidianas, enfim, apropriavam-se ativamente da paisagem em função de suas necessidades sócio-culturais, ideológicas e econômicas, que foram sendo delineadas em meio à dinâmica

cultural e ao próprio processo histórico de conhecimento do local, da atribuição de valores e das já faladas inter-relações entre sociedade e ambiente.

Na verdade, nossa interpretação de lugar privilegia uma releitura por meio das mais variadas definições tanto 'processuais', quanto 'pós-processuais' ou "pós-pós-processuais'; justificando-se, sobretudo, por esta ampliar a noção de sítios arqueológicos, de compreender que o estudo de sítios isolados não satisfaz as premissas da pesquisa e que, portanto, entende que a paisagem seria o foco principal da intervenção arqueológica, com o uso até mesmo 'abusivo' de levantamentos sistemáticos de área sob a ótica do '*fator geo'* (Morais, 2000). Tal fato implicaria pesquisas multidisciplinares abrangendo questões acerca de geologia, geomorfologia, paleoambiente, palinologia, cobertura vegetal, fauna, uso atual do solo, etc.

O conceito de lugar pode ser entendido como uma reação à ortodoxia que vinculava a pesquisa arqueológica exclusivamente ao estudo de sítios arqueológicos com presença de cultura material, ou seja, trata-se de uma oposição às pesquisas que focam o estudo de sítios isolados, indicando a necessidade de uma Arqueologia de área (ou regional).

De qualquer forma, em meio a um emaranhado de conceitos, preferimos o estabelecido por Sarah Schlanger (1992), compreendendo o uso da paisagem em termos do que a autora denominou como *persistent places*, ou seja, locais usados repetitivamente durante a ocupação de uma região; partindo do pressuposto de que em função de certas particularidades (tanto de ordem histórica, econômica, política, social, religiosa ou cultural), os espaços são ocupados em longa duração refletindo na distribuição e formação do registro arqueológico.

4. Considerações finais

Enfim, o uso do conceito de lugar sob a ótica da Arqueologia da Paisagem aqui abordado, implica a *ampliação da noção de sítio arqueológico*, compreendendo os espaços sociais, os *não-sítios*, as ocorrências; muito próximo do que Mauss definiu como *domínio* em sua noção de estabelecimento, todavia em um sentido mais específico para o uso em Arqueologia, pois sob a ótica dos *lugares persistentes,* pressupõe-se a paisagem em sua totalidade, em que o *Locus* de ocupação ultrapassa o sítio arqueológico, estando constituído por elementos bem demarcados no sistema sociocultural, por meio de fronteiras estabelecidas enquanto elemento de significação e formados por todos os locais de uso continuado, tanto em uma perspectiva sincrônica, quanto diacrônica.

Dessa forma, a intenção do conceito é mapear a utilização em longa duração dos *Loci,* refletindo sobre as condições que permitiram certas escolhas/estratégias e as inter-relações entre sociedade *versus* meio.

Sob esse viés, as relações homem *versus* meio não são compreendidas como um modo de superação das necessidades de subsistência, como dado

na Ecologia Cultural de Julien Steward[9] (por exemplo), mas enquanto um modo eficaz de regulação entre os fatores de ordem ambiental e as estruturas sócio-culturais. O modo de vida, nesse caso, é dado por questões relacionadas ao social, mas não distanciadas da natureza, o que nos permite inferir que cultura e natureza são *fenômenos de totalidade,* em um sistema harmônico e interconectado, de forma a garantir uma unidade coesa e de equilíbrio entre ambos, se assim podemos nos reportar.

De qualquer forma, a Arqueologia apresenta condições epistemológicas e metodológicas para o estudo e compreensão da paisagem enquanto *integradora* do registro arqueológico e, portanto, portadora de significação. Além disso, fazendo uso de métodos importados de outras Ciências, alcançaremos observações mais assertivas do que deduzidas, nos quais o **contexto** acaba sendo a *chave-mestra* de nossas análises. Ou seja, o contexto, enquanto unidade básica interpretativa para Arqueologia, pressupõe totalidade, que é alcançada via inter-relações e associações existentes entre nosso objeto de estudo: **o registro arqueológico.**

Estamos convencidos da *necessidade* de estudos sobre a paisagem em Arqueologia, ampliando a noção de sítio arqueológico para o estabelecimento de Mauss (1974a); dos *loci* de ocupação continuada e dos lugares persistentes, compreendendo a cultura e natureza como integradas no que podemos denominar como paisagem arqueológica, partindo do pressuposto de que grupos pré-históricos percorriam diferentes espaços no meio físico-biótico motivados por uma série de questões, aqui explicitadas, mas dentro de *marcos paisagísticos* que, mesmo que fluidos, demarcavam seus espaços sociais.

Temos buscado, portanto, a elaboração de pesquisas controladas[10] por dados em níveis diferenciados de uma construção de analogias ambientais/ tecnológicas/ etnográficas, para se tratar o contexto arqueológico como a segurança e limitações de se tratar um contexto sistêmico, estruturando essas analogias em dimensões históricas e ambientais dinâmicas, construindo-se unidades interpretativas conexas aos estudos da Antropologia, Geografia Humana, Geologia, Geomorfologia, Paleoambiente, Ecologia, enfim, do meio físico-biótico como integrado à cultura.

Essa escolha parte do princípio de que qualquer tipo de determinismo (ou mesmo o possibilismo ambiental) não pode ser levado a cabo em uma

---

9 Ou seja, as relações homem *versus* meio não podem ser compreendidas como um modo de superação das necessidades de subsistência, mas sim enquanto um modo eficaz de regulação entre os fatores de ordem ambiental e as estruturas sócio-culturais. Temos consciência de que a antropologia *stewardiana* influenciou significativamente a compreensão processual das relações ambiente *versus* cultura, sendo o primeiro definido por seu caráter funcional e adaptativo, enquanto a cultura, entendida como um fenômeno estável, não cooperaria para as mudanças em termos organizacionais. Essa rigidez, típica dos anos 1960/1970, foi sendo substituída por uma visão mais integrada (que acreditamos ser mais condizente aos estudos arqueológicos), entre *as coisas da natureza e do espírito*, para usar o postulado de Dilthey (para discussão sobre o processualismo na atualidade. Hegmon, 2003).

10 Esses conceitos estão sendo atualmente aplicados no Projeto Arqueológico Alto Jequitinhonha (PAAJ) pela equipe do Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

pesquisa multidisciplinar. Ou seja, nossa produção científica estará focada na compreensão sistêmica da dinâmica relacional entre os diversos níveis de organização e interação entre cultura e a paisagem. Nesse caso, como Bruno Latour (1994), partiremos da premissa de que é insustentável a partição do mundo entre natureza/cultura, Nós/Outros, como pólos opostos da realidade.

Quadro 01: Fenômenos observados e constituição do pensamento reflexivo em Arqueologia

Fenômeno	Níveis	Categorias interpretativas	Categorias interpretativas
Conjuntos artefatuais (Forma/ Função)	Técnica	Estatístico-comparativo	
	Método	Cadeia operatória	
	Teoria	Organização social e tecnológica como integrante do fato social total	Dimensões: Sociológica; Histórica; Fisio-psicológica
Sítios Arqueológicos (Estrutura)	Técnica	Decapagens/ níveis artificiais	
	Método	Superfícies amplas	
	Teoria	Dinâmica cultural baseada no princípio de mudança em termos espaço-temporais	Análises intra-sítio; Processos formativos
Paisagem (Processo)	Técnica	Observação e levantamentos sistemáticos	Forma, função estrutura e processo
	Método	Geoindicadores (direto) Etnoarqueologia (indireto)	
	Teoria	Paisagem como construção social (fenômeno a ser analisado e interpretado)	Conceito de estabelecimento; Conceito de lugares persistentes/ geoindicadores

Lista de referências

Binford, L. R. (1982). The Archaeology of Place. *Journal of Anthropological Archaeology*, 01, pp. 05-31.

Binford, L. R. (1992). *Seeing the present and interpreting the past – and keeping things straight*. In: Rossignol, J. & Wandsnider, L. Space, Time and Archaeological Landscapes, (pp. 43-59). New York: Plenum.

Binford, L. R. (2001). *Constructing Frames of Reference* – an analytical method for archaeological theory building using hunter-gatherer and environmental data sets. Berkley: University of California Press.

Criado Boado, F. (1991).Construcción social del espacio y reconstrucción arqueológica del paisaje. *Boletín de Antropología Americana*, 24, pp. 5-29.

Dunell, R. C. (2007). *Classificação em Arqueologia.* São Paulo: Edusp.

Geertz, C. (1989). *A Interpretação das Culturas.* Rio de Janeiro: LTC Editora.

Geertz, C. (2001). *O Saber Local.* 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes.

Hegmon, M. (2003). *Setting theoretical egos aside:* issues and theory in North American Archaeology. *American Antiquity,* 68 (02), pp. 213-243.

Hitchcock, R. K. & Bartram, L. E. (1998). *Social boundaries, technical system, and the use of space and technology in the Kalahari.* In: Stark, M. *The Archaeology of Social Boundaries*. Washington: Smithsonian Institution Press, pp. 12- 49.

Hodder, I. (1986). *Reading the Past.* Cambridge: Cambridge Press.

Hodder, I. (1987). *Converging traditions*: the search for symbolic meanings in archaeology and geography. In: Wagstafe, J. M. (ed.) Landscape of Culture: geographical and archaeological perspectives. New York: Basil/ Blackwell.

Johnsen, H. & Olsen, B. (1992). *Hermeneutics and Archaeology:* on the philosophy of contextual archaeology. *American Antiquity*, 57 (03), pp. 419-436.

Latour, B. **(**1994). *Jamais fomos modernos:* ensaio de Antropologia Simétrica. São Paulo: Editora 34.

Lévi-Strauss, C. (2008). *O Pensamento Selvagem.* 9ª ed. Campinas: Papirus.

Mauss, M. (1974a). *Ensaio sobre as variações sazoneiras das sociedades esquimó.* In: Sociologia e Antropologia, (pp. 237-331). São Paulo: Edusp.

Mauss, M. (1974b). *Ensaio sobre a Dádiva:* forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: Sociologia e Antropologia, (pp. 37-184). São Paulo: Edusp.

Morais, J. L. de (2000). *Tópicos da Arqueologia da Paisagem. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo*, MAE/ USP, 10, pp. 03-30.

Morais, J. L. de (2006). *Reflexões acerca da Arqueologia Preventiva.* In: Mori, Souza, Bastos & Gallo (org.) Patrimônio: atualizando o debate, (pp. 191-220). Brasília: Iphan.

Schiffer, M. B. (1972). Archaeological Context and Systemic Context**.** *American Antiquity***,** 37 (2), pp. 156-165.

Schlanger, S. (1992). *Recognizing Persistent Places in Anasazi Settlement Systems.* In: Rossignol & Wandsnider. Space, Time, and Archaeological Landscapes, (pp. 91-112). New York and London: Plenum Press.

Silva-Mendes, G. L. (2007). *Caçadores coletores na serra de Paranapiacaba durante a transição do Holoceno médio para o tardio (5920 a 1000 anos A.P.).* 503f, 2v. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, MAE/USP, 2007.

Referencia:

Marcelo Fagundes y Danielle Piuzana, "Estudo teórico sobre o uso conceito de paisagem em pesquisas arqueológicas", Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, Manizales, Doctorado en Ciencias Sociales, Niñez y Juventud del Centro de Estudios Avanzados en Niñez y Juventud de la Universidad de Manizales y el Cinde, vol. 8, núm. 1, (enero-junio), 2010, pp. 205-220.
Se autoriza la reproducción del artículo, para fines no comerciales, citando la fuente y los créditos de los autores.